



V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

(Movimentos sociais e participação social)

**Qual movimento popular?
Apontamentos sobre as configurações e os desafios
das organizações sociopolíticas para a luta anticapitalista**

Rozinaldo Antonio Miani ¹

Resumo: A sociedade contemporânea brasileira se apresenta como uma arena sociopolítica para a emergência de diferentes tipos de movimentos sociais e de múltiplas formas de ativismo. Nesse sentido, a partir de pesquisa bibliográfica, este artigo tem como objetivo apresentar breves considerações analíticas sobre a realidade atual dos movimentos sociais e demarcar o lugar estratégico dos movimentos populares na dinâmica da luta de classes. Considerando distintas tipologias, as múltiplas formas de organização/manifestação social, apesar de revitalizarem o cenário político, têm manifestado um distanciamento em relação ao movimento dialético da luta anticapitalista e, nesse contexto, urge refletir sobre a vitalidade dos movimentos populares.

Palavras-chave: movimento popular; ativismo; luta anticapitalista; disputa de hegemonias.

Abstract: Brazilian contemporary society presents itself as a socio-political arena for the emergence of different types of social movements and multiple forms of activism. In this sense, based on bibliographical research, this article aims to present brief analytical considerations about the current reality of social movements and demarcate the strategic place of popular movements in the dynamics of the class struggle. Considering different typologies, the multiple forms of social organization/manifestation, despite revitalizing the political scenario, have demonstrated a distance from the dialectical movement of the anti-capitalist struggle and, in this context, it is urgent to reflect on the vitality of popular movements.

Keywords: popular movement; activism; anti-capitalist struggle; dispute of hegemonies.

1. INTRODUÇÃO

A atual realidade brasileira tem sido palco da emergência e da atuação de múltiplas formas de organização social e política, derivadas da complexidade que tem marcado a contemporaneidade, e que exigem dos intelectuais orgânicos das classes subalternas um exercício permanente e comprometido de compreensão política a respeito das configurações,

¹ Docente da Universidade Estadual de Londrina, doutor, e-mail: rmiani@uel.br



dos limites e dos desafios das organizações sociopolíticas que assumem a luta e/ou o discurso contra as mazelas do capitalismo e que se colocam como agentes estratégicos no contexto da luta de classes.

Mais do que identificar e tipificar os diferentes tipos de movimentos sociais e de organizações sociopolíticas e culturais que vêm ocupando o cenário político nacional - tarefa, obviamente, importante e indispensável - faz-se necessário compreender e problematizar as concepções políticas e os *modi operandi* dessas múltiplas formas de organização com vistas a aferir suas respectivas configurações político-ideológicas e seus eventuais desdobramentos nos processos de disputa de hegemonias.

A compreensão da conjuntura sociopolítica deve ser tomada como ponto de partida para analisar os tipos de organização que se constituem em determinado contexto sócio-histórico. A partir dessa compreensão, passa-se ao desafio de apontar as virtudes, os limites e os desafios de cada uma dessas organizações tendo em vista o propósito de contribuir estrategicamente para a luta anticapitalista e, conseqüentemente, para a efetivação de um projeto de transformação social.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é apresentar breves considerações sobre as configurações e os respectivos limites e desafios dos diferentes tipos de organizações sociopolíticas atuantes na realidade contemporânea brasileira procurando identificar e problematizar suas relações com o movimento dialético da luta anticapitalista e demarcando, de modo particular, o lugar estratégico dos movimentos populares na dinâmica da luta de classes. De antemão, por se tratar de uma primeira tentativa mais elaborada de sistematização de uma trajetória de pesquisa vinculada à temática dos movimentos sociais, reconhecemos a incompletude do alcance de nossa reflexão em relação a abordar os diferentes tipos de organizações sociopolíticas contemporâneas, mas que, de certo, servirá como importante marco e ponto de partida.

Trata-se de um ensaio de natureza qualitativa, tendo como principais procedimentos metodológicos a revisão bibliográfica de cunho exploratório e a realização de reflexões críticas a partir de observações analíticas da realidade cotidiana do universo dos movimentos sociais brasileiros. Iniciaremos apresentando o conceito de movimentos sociais que consideramos mais produtivo para nossas reflexões, bem como algumas breves considerações sobre tipologias possíveis para o conjunto geral dos movimentos e organizações sociopolíticas. Na sequência, apresentaremos algumas problematizações e incompletudes sobre essas tipologias, apontando limites e desafios relacionados a esses diferentes tipos de organizações. Por fim, apresentaremos as bases de nossa argumentação que confere aos movimentos populares a sua condição de organização estratégica para os propósitos da luta anticapitalista.



2. POR UMA CONCEPÇÃO E TIPOLOGIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Sem pretender considerar como definitivamente cumprida a tarefa de apresentar um conceito conclusivo de movimentos sociais - até porque, tomamos como base a filosofia da linguagem bakhtiniana (BAKHTIN, 1997), que reconhece a polissemia como condição característica das palavras e defende que a significação de uma palavra é resultado de processos de interação verbal e incide sobre aspectos delimitados de um determinado fenômeno social e político - nos apoiamos, inicialmente, nas contribuições de Ilse Scherer-Warren (1984; 2014) e de Maria da Glória Gohn (2000; 2011) para expor uma compreensão preliminar de movimentos sociais que consideramos produtiva para os nossos propósitos².

Em várias outras oportunidades já demarcamos que uma das principais formulações sobre o conceito de movimento social - e que temos assumido em nossas reflexões - foi desenvolvida por Scherer-Warren (1984, p. 20) ao afirmar que se trata de “[...] uma ação grupal transformadora (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização mais ou menos definida (a organização e sua direção)”.

Essa definição, no entanto, corresponde, tão somente, aos componentes fundamentais para a compreensão da dinâmica geral dos movimentos sociais. Apesar de considerar a definição desses elementos como uma premissa, faz-se necessário apresentar uma elaboração conceitual mais detalhada e, a esse respeito, apesar de reconhecer que existem problematizações cabíveis, a formulação conceitual desenvolvida por Gohn (2000) tem se mostrado bastante pertinente e produtiva para iniciar nossas reflexões. Afirma a referida autora:

Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. (GOHN, 2000, p. 13).

Pois bem, essa compreensão de movimento social deve ser submetida à realidade sociopolítica e cultural concreta correspondente a um determinado período histórico. Não nos cabe aqui fazer uma “periodização” para a história dos movimentos sociais no Brasil,

² Vale ressaltar que há uma legião de autores e autoras de várias gerações que tem enfrentado o desafio de compreender e de conceituar movimento social de modo absolutamente responsável e competente e que, oportunamente, terão suas obras e contribuições aprofundadas.



mas, tão somente, reconhecer que, ao menos, ao longo do último meio século, três grandes momentos bem distintos caracterizaram a conformação dos movimentos sociais.

Podemos identificar um período que corresponde à revitalização dos movimentos sociais a partir da década de 1970 - ainda durante o período da ditadura civil-militar - e que se estendeu ao menos, até o início da década de 1990. A partir de então, principalmente, com a propagação das Organizações Não-Governamentais (ONGs) e das redes de movimentos sociais, novas formas de organização se constituíram e pluralizaram as configurações de movimentos sociais na sociedade brasileira. Por fim, não necessariamente apresentando formatos muito diversificados em relação ao período anterior, mas absorvendo outras temáticas e dinâmicas - e até mesmo diferentes perspectivas políticas - para responder a uma “nova” conjuntura - esta sim, bastante singular -, o universo dos movimentos sociais se complexificou e produziu importantes tensionamentos na realidade social e política brasileira.

No exercício de tentar identificar algumas tipologias de movimentos sociais, principalmente, na dinâmica organizativa que se estabeleceu a partir do início da década de 1990 e que, de modo mais ou menos pertinente, podemos considerar vigente até os dias atuais, também encontramos em Scherer-Warren (2014) e em Gohn (2011) contribuições bastante significativas.

Para Gohn (2000, p. 37), a “nova configuração” dos movimentos sociais deve levar em consideração a influência da cultura do “terceiro setor” e do conseqüente associativismo filantrópico e comunitário. Apesar de afirmar que “o terceiro setor não substitui a forma movimento social”, a referida autora reconhece que as lutas dos movimentos sociais que se consolidaram no período da luta contra a ditadura e pela redemocratização no Brasil alimentaram as organizações do “terceiro setor” e que, de certa forma, como decorrência, estas tomaram o lugar de muitos movimentos sociais se valendo de “práticas de cunho despolitizado”, na medida em que reelaboraram os objetivos das ações coletivas.

Nesse sentido, e como desdobramento de suas reflexões, Gohn (2011, p. 344-346) traça um panorama dos movimentos sociais no contexto do século XXI tomando como referência a especificidade das lutas e demandas que seriam organizadas em torno de 13 eixos temáticos assim identificados pela autora: 1) Movimentos sociais em torno da questão urbana, pela inclusão social e por condições de habitabilidade na cidade; 2) Mobilização e organização popular em torno de estruturas institucionais de participação na gestão política-administrativa da cidade; 3) Movimentos em torno da questão da saúde; 4) Movimentos de demandas na área do direito; 5) Mobilizações e movimentos sindicais contra o desemprego; 6) Movimentos decorrentes de questões religiosas de diferentes crenças, seitas e tradições religiosas; 7) Mobilizações e movimentos dos sem-terra, na área rural e suas redes de articulação com as cidades; 8) Movimentos contra as políticas neoliberais; 9) Grandes



fóruns de mobilização da sociedade civil organizada: contra a globalização econômica ou alternativa à globalização neoliberal; 10) Movimento das cooperativas populares: material reciclável, produção doméstica alternativa de alimentos, produção de bens e objetos de consumo, produtos agropecuários etc.; 11) Mobilizações do Movimento Nacional de Atingidos pelas Barragens, hidrelétricas, implantação de áreas de fronteiras de exploração mineral ou vegetal etc.; 12) Movimentos sociais no setor das comunicações; 13) Movimentos pela educação, agrupados em dois grandes blocos: educação formal e não formal.

Gohn (2011) desenvolve com maior profundidade as lutas e movimentos pela educação, pois a referida autora acredita que “lutas pela educação envolvem lutas por direitos e fazem parte da construção da cidadania” (GOHN, 2011, p. 346). Além disso, Gohn (2011, p. 347) defende que “movimentos sociais pela educação abrangem questões tanto de escolas como de gênero, etnia, nacionalidade, religiões, portadores de necessidades especiais, meio ambiente, qualidade de vida, paz, direitos humanos, direitos culturais etc.”; nesse sentido, a autora enfatiza a natureza educativa das ações dos movimentos sociais.

Por sua vez, instigada ao enfrentamento do mesmo desafio de melhor compreender a amplitude e complexidade dos movimentos sociais e dos diferentes tipos de ativismo na realidade brasileira do novo século, Scherer-Warren (2014) oferece uma tipologia um pouco mais fundamentada e exemplificada em experiências organizativas concretas. Seu propósito assumido é o de “diferenciar as formas de lutas cidadãs coletivas, referenciando-se especialmente na sociedade brasileira contemporânea a fim de compreender suas dinâmicas políticas internas e seu papel político na sociedade como um todo” (SCHERER-WARREN, 2014, p. 13). Para tanto, sua tipologia atende desde os movimentos sociais organizados até as manifestações de rua, assim considerados em sua distinção:

Os movimentos sociais organizados têm uma relativa permanência temporal e no mundo contemporâneo tendem a se estruturar sob a forma de redes de militância que operam como uma estratégia para a construção de significados políticos ou culturais em comum, tendo em vista conquistar e mobilizar cidadãos e produzir transformações sociais. Já nas manifestações de rua, em sentido estrito, são frequentemente reações conjunturais coletivas e públicas, que pretendem através do protesto criar visibilidade política, o reconhecimento das vozes dos cidadãos, seja através de seus movimentos ou do público em geral mobilizado para o evento político em si mesmo. (SCHERER-WARREN, 2014, p. 13).

Scherer-Warren (2014, p. 13-15) propõe um quadro analítico para organizar e diferenciar as modalidades de ativismo, identificando cinco tipos distintos de organizações e apresentando alguns exemplos concretos para cada um deles: a) *movimentos sociais organizados*: nesta categoria, dentre outros, se encaixam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento Passe Livre (MPL) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST); b) *manifestações ou marchas dos movimentos sociais*: aqui, a autora identifica a Marcha Mundial das Mulheres, a Marcha da Maconha e o Grito dos Excluídos;



c) *manifestações amplas da cidadania e/ou dos “indignados”*: Diretas Já, Caras Pintadas e Manifestações de Junho/2013 são os exemplos apontados pela autora; d) *manifestações-bloqueio ou “formas de ação nas ruas”*: nesta tipologia se enquadram os chamados *Black Blocs* e *Anonymous*; e) *ação-manifesto sociocultural*: para esta definição são identificados os Rolezinhos e a Marcha das Vadias.

Scherer-Warren (2014) chama a atenção para a necessidade de não estabelecer um enquadramento muito rígido para cada uma dessas formas de ativismo em relação à sua tipologia apresentada, principalmente, porque a “complexidade da realidade empírica e as contradições internas das formas de atuação de cada um desses movimentos/organizações/manifestações devem ser consideradas” (MIANI, 2015, p. 79).

Conforme já havíamos pontuado, essas tipologias são um esforço bastante produtivo no sentido de compreender e de qualificar os diferentes tipos de organizações sociopolíticas que compõem o amplo campo dos movimentos sociais na realidade contemporânea brasileira. Além disso, a dinâmica de construção dessas tipologias nos oferecem argumentos válidos e reveladores de que o universo dos movimentos sociais se ampliou e se diversificou.

Porém, mesmo reconhecendo a validade dessas tipologias, é preciso considerar que há outras formas de organização social, e mesmo de ativismo, que parecem não se enquadrar nessas diferentes tipologias (ou ao menos não se enquadram em uma delas); inclusive, em alguns casos, até mesmo a condição de movimento social que é atribuída a algum tipo de organização/manifestação poderia ser questionada.

Por outro lado, na contramão do reconhecimento de que as formas de organização social se diversificaram, o que problematizamos é que em termos de conformação dos objetivos (projeto) e dos princípios valorativos comuns (ideologia) - elementos constitutivos de um movimento social - vimos ocorrer uma uniformização política de natureza reformista por parte de tais organizações, acarretando um distanciamento em relação ao movimento dialético da luta anticapitalista. De modo geral, este tem sido o principal limite manifestado pelas organizações sociais que têm ocupado o cenário político na conjuntura brasileira atual.

Nesse contexto e defendendo não se tratar de uma expressão anacrônica, reafirmamos a potencialidade representada pelos movimentos populares como organização estratégica para os propósitos da luta anticapitalista.

3. A HORA E A VEZ DE RETOMAR OS MOVIMENTOS POPULARES

Considerando o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo (WOOD, 2014; CHESNAIS, 1996), bem como as mazelas produzidas pelo sistema sociometabólico do capital (MÉSZÁROS, 2002; RIBEIRO, 2018), a luta anticapitalista se constitui como uma



tarefa urgente e passou a representar uma questão de sobrevivência para a humanidade (MÉSAZÁROS, 2003). Nesse sentido, a construção (ou reconstrução) de formas de organização sociopolítica se apresenta como um dos principais desafios das classes subalternas para atuar politicamente no contexto da luta de classes.

O enfrentamento deste desafio passa, dentre outras demandas, por avaliar criticamente as experiências organizativas já desenvolvidas e/ou em desenvolvimento, bem como por conceber novas formas de organização que possam oferecer caminhos sólidos para o fortalecimento político das classes revolucionárias nos processos de disputa de hegemonias. Nesse percurso analítico, recolocamos em cena a questão dos movimentos populares.

Na mesma perspectiva já indicada anteriormente, quando da discussão em relação à conceituação dos movimentos sociais, também não consideramos como definitiva a nossa posição em relação ao conceito de movimento popular. Porém, neste caso, temos convicção de que a construção argumentativa que já desenvolvemos tem se sustentado de maneira mais efetiva, pois além de uma fundamentação baseada na realidade empírica do fenômeno movimento popular, ou seja, na sua práxis, também se trata de uma defesa política dos movimentos populares como aquela forma de organização que apresenta as condições essenciais para cumprir um papel estratégico no processo de disputas de hegemonias.

De maneira mais ampla, tomamos como ponto de partida o conceito de movimentos populares apresentado por Euclides Mance (1991). Para o referido autor,

O termo MOVIMENTOS POPULARES por sua vez, caracteriza uma parcela dos movimentos sociais. Este conceito não abrange o movimento sindical, englobando os demais movimentos que tenham nas camadas populares seu sujeito e sua base de constituição. Por camadas populares entende-se os setores explorados, dominados e oprimidos. Tais movimentos, entretanto, podem ter um cunho conservador ou revolucionário, dependendo de sua concepção e práticas adotadas para a conquista de seus interesses que podem ser apenas imediatos ou mais estratégicos. (MANCE, 1991, p. 3).

Ou seja, para Mance (1991) os movimentos populares são organizações sociopolíticas que se constituem no seio das “camadas populares” - que, para melhor caracterização, preferimos nos referir às classes subalternas - para atuar politicamente em favor de seus direitos e seus interesses. Apesar de Mance apontar que tais movimentos podem ter um cunho conservador - com o que também temos alguma concordância - o caráter classista dos movimentos populares é uma condição constitutiva de tais organizações.

Ainda seguindo pelo mesmo raciocínio de Mance, dentre as diferentes concepções praticadas pelos movimentos populares identificadas pelo referido autor, quais sejam, conservadora, tático-reformista, comunitarista e estratégica (MANCE, 1991, p. 5-31), aquela que atende aos pressupostos para cumprir um papel estratégico no contexto da luta de classes, por seu compromisso político na luta anticapitalista, é a concepção estratégica de



movimento popular que, de nossa parte, vem sendo reivindicada como a concepção autêntica para movimento popular.

Portanto, apoiado fundamentalmente nas contribuições de Mance (1991; 2007), desenvolvemos nossa proposição conceitual para movimentos populares, tarefa esta que vem sendo exercitada há algum tempo (MIANI, 2008). Após alguns ajustes e refinamentos, consideramos que movimentos populares devem ser entendidos como a variedade de formas de organização autônoma dos setores das classes subalternas que atuam, invariavelmente, na perspectiva de enfrentamento ao sistema capitalista e ao seu instrumento de dominação: o Estado burguês. Esses movimentos atuam sobre as contradições entre as classes subalternas e as condições de reprodução social da força de trabalho patrocinadas pelo Estado. Considerando essas premissas, incluem-se na definição de movimentos populares todos os movimentos organizados, coletivos e grupos populares que atuam na área de circulação e consumo de mercadorias e de bens de uso coletivo (saúde, educação, transporte, abastecimento, saneamento básico), bem como os que se confrontam diretamente com o capital na área de reprodução social (exemplo dos sem-terra e sem-teto) e ainda aqueles que enfrentam a ideologia de dominação nas lutas políticas do cotidiano (culturais, direitos humanos, ecológicos). Em todos esses casos, exige-se que o movimento popular seja autônomo, ou seja, sem vínculos de dependência com Estado, Igrejas, instituições privadas ou entidades de assessoria (ONGs). Ao constatar que um determinado movimento tem seu centro de decisão política situado, em última instância, fora de seu próprio âmbito organizativo interno, deixamos de reconhecê-lo como movimento popular e passamos a considerá-lo pertencente a outro tipo de organização sociopolítica.

Mediante esta configuração, os movimentos populares são uma expressão política organizada dos setores das classes subalternas atuando estrategicamente na luta anticapitalista. No entanto, apesar de considerarmos esta concepção de organização sociopolítica - os movimentos populares - de extrema vitalidade para os propósitos da luta social, na perspectiva da transformação social, sua incidência na atual conjuntura política tem se mostrado apenas residual. Não no sentido da força política que representa, até porque dentre os principais movimentos organizados na atualidade, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o Movimentos dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), consideramos se tratar de movimentos populares, apesar de verificar nestes movimentos alguns pontos de contradição em relação a determinados objetivos e estratégias de atuação estabelecidos.

Outro aspecto que vale destacar é que, no âmbito dos movimentos populares, registramos a existência e a atuação de uma importante organização de articulação política nacional, que é a Central de Movimentos Populares (CMP). A existência da CMP ressalta ainda mais o caráter estratégico do movimento popular na medida em que viabiliza e



materializa um processo de articulação e de unificação de lutas comuns das classes subalternas (CARVALHO, 2007; GOMES, 2010) e fortalece as lutas específicas desenvolvidas pelos movimentos populares específicos, conferindo uma perspectiva classista abrangente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste ensaio pretendeu, fundamentalmente, inscrever nossa participação no necessário debate sobre o desafio de avaliar as múltiplas formas de organização social e política no contexto da sociedade contemporânea brasileira e, mais do que isso, sobre a tarefa de pensar e de fomentar a construção e/ou fortalecimento de organizações sociopolíticas que se apresentem como ferramentas estratégicas para a luta anticapitalista.

Reconhecemos a incompletude de nossas contribuições, tanto em razão da necessidade da realização de maior aprofundamento sobre a complexidade da realidade social e política que envolve o conhecimento e o debate do amplo campo dos movimentos sociais no Brasil, quanto em relação à argumentação sobre a pertinência e a vitalidade dos movimentos populares como organizações estratégicas no contexto da luta de classes. Essas demandas seguem como desafio e, oportunamente, daremos continuidade às nossas reflexões e contribuições.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Sônia Regina Ribeiro de. **A Central de Movimentos Populares e o processo brasileiro de democratização**: uma trajetória em construção - 1993-2003. PUC-SP, 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Rev. Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan./jun. 2000. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9194/7788>. Acesso em: 02 mar. 2024.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação [online]**. v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 mar. 2024.



GOMES, Francisca Genilce. **A Central de Movimentos Populares (CMP) e os desafios da articulação dos movimentos sociais**. PUC-SP, 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MANCE, Euclides André. **Algumas concepções de movimento popular**. Curitiba: Cefuria, 1991.

MANCE, Euclides André. **O papel estratégico do movimento popular para a democracia popular: o aprendizado dos anos 80 e 90**. Curitiba: Instituto de Filosofia da Libertação, 2007. Disponível em: <http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/movpop.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2024.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie**. São Paulo: Boitempo, 2003.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **Apontamentos sobre a definição de movimento popular na atualidade**. Londrina (mimeo), 2008.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Estudo exploratório sobre a presença da comunicação popular e comunitária nos movimentos sociais e populares do Paraná. **Revista Passagens**, Fortaleza, v. 6, n. 2, 2015, p. 72-90. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/passagens/article/view/2473/1917>. Acesso em: 01 mar. 2024.

RIBEIRO, Danielle Cristine. Apontamentos sobre o sistema sociometabólico do capital em István Mészáros. **Revista Aurora**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 149-170, 2018. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/7656>. Acesso em: 09 mar. 2024.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis: EDUFSC, 1984.

SCHERER-WARREN, Ilse. Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XX. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 13, n. 28, p. 13-34, set./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2014v13n28p13/28899>. Acesso em: 02 mar. 2024.

WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.